

**PORTUGAL E INGLATERRA NO PERÍODO POMBALINO:
RELAÇÕES E INFLUÊNCIAS
SOBRE OS CONFLITOS ENTRE ESPANHÓIS E PORTUGUESES
NA REGIÃO DO PRATA**

Daniel Oliveira

Graduando em História, Licenciatura, UNISINOS
São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as ambíguas relações estabelecidas entre Portugal e Inglaterra no período Pombalino (1750-1777), enfocando suas consequências nos conflitos ocorridos entre Portugal e Espanha, dando ênfase à região do Prata, que resultaram na assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Dessa forma, é realizado um estudo sobre os antecedentes da aliança política e econômica anglo-lusitana, concretizada a partir do Tratado de Methuen (1703). Também é levado em consideração nessa análise o período em que Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal) prestou serviços a coroa portuguesa como embaixador português em Londres, entre 1738 e 1742. Este período teria servido para Pombal entender os motivos da supremacia britânica sobre Portugal e também servido de base para as medidas adotadas quando subiu ao poder como primeiro ministro de D. José I.

Palavras-chave: Pombalismo, diplomacia, tratados comerciais anglo-lusitanos, companhias de comércio, conflitos no Prata

PORTUGAL AND ENGLAND ON THE POMBALISM PERIOD: RELATIONS AND INFLUENCES ABOUT CONFLICTS BETWEEN SPANISH AND PORTUGUESE IN THE PRATA'S REGION

Abstract: The present article aims at analyzing the ambiguous relations between Portugal and England in the period of Pombalism (1750-1777), to focus on its consequences on the conflicts that happened between Portugal and Spain, giving emphasis to the region from the Prata, which resulted in the signature of the Treaty of Santo Ildefonso. Thus one study was carried out about the antecedents of the political and economic alliance between England and Portugal, from the signature of the Treaty of Methuen (1703). We also took in consideration analysis of the period during which Sebastião José de Carvalho e Melo (the Marquis of Pombal) worked for the Portuguese crown as a Portuguese Ambassador in London, between 1738 and 1742. This period helped Pombal understand the motives of the British supremacy over Portugal and informed the measures adopted when he has raised to the power as the prime minister of D. José I.

Keywords: Pombalism, diplomacy, Anglo- Portuguese trade treaties, trade companies, conflict on the Prata

1 - As origens da supremacia comercial e política inglesa sobre Portugal

Ao tratarmos da complexa relação política comercial anglo-lusitana no período Pombalino, torna-se necessário voltarmos alguns séculos para compreendermos a posição em que se encontrava Portugal frente a Inglaterra quando Sebastião José de Carvalho e Melo¹ chegou ao poder através da ascensão de D. José I à coroa portuguesa, após a morte de D. João V.

Em 1147, encontraremos a primeira cooperação entre Portugal e Inglaterra na ocasião em que cruzados ingleses ajudaram a tomar Lisboa das mãos dos mouros.² Em menos de um século *Patent Rolls*³ indicavam comércio intenso entre os dois reinos. O Tratado de Windsor em 1386 estabeleceu defesa mútua, salvo-conduto aos súditos em ambos os países, além de privilégios comerciais entre as coroas de Portugal e Inglaterra. Entretanto, serão os tratados de 1642, 1654 e 1661 que servirão de base para o conhecido Tratado de Methuen, de 1703. Desses tratados, resultarão as relações estabelecidas entre os dois reinos, cujas consequências exercerão grande importância no período de governo de Pombal.

O tratado de 1642 foi um grande passo para os ingleses no sentido de participarem do tráfego marítimo estabelecido entre as colônias portuguesas para metrópole (Lisboa), da metrópole para Inglaterra, assim como o fluxo contrário. Os ingleses também almejavam controlar este entreposto comercial que era Lisboa. O tratado garantia para a Inglaterra: tolerância religiosa a seus súditos residentes em Portugal; proteção contra danos resultantes da inquisição; imunidade das leis portuguesas aos seus súditos estabelecidos em Portugal e a indicação de comissários para tratar das concessões aos ingleses no comércio com o Brasil. Em troca, Portugal conseguia apenas o reconhecimento de sua independência⁴ e a amizade da Inglaterra.

O tratado de 1654, além de confirmar e fortalecer, aumentou ainda mais os direitos ingleses anteriormente concedidos, ampliando a jurisdição territorial e liberdade religiosa, além de conceder aos comerciantes britânicos liberdade de comércio com o Brasil e com a costa ocidental da África (em termos de igualdade com os portugueses),

¹ Carvalho e Melo nasceu em 1699 e morreu em 1782. Tornou-se Conde de Oeiras em 1759 e Marquês de Pombal em 1770. Para conhecer mais sobre a vida particular de Carvalho e Melo, consultar *Sebastião José de Agustina Bessa-Luís*.

² MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973, p.17.

³ “*Patent, Rolls*”, literalmente rolos de patentes, são pergaminhos onde ficavam registradas patentes concedidas aos comerciantes e companhias de comércio.

⁴ Devido ao fim da União Ibérica, em 1640.

entre outros benefícios. Em troca, a Inglaterra limitava seus compromissos às promessas de amizade, sem nenhuma obrigação de prestar auxílio militar. Portugal, cada vez mais, se desenhava como um vassalo comercial da Inglaterra.

Com o tratado de 1661, a posição inferior de Portugal foi mantida, porém dessa vez os ingleses se comprometiam a fornecer tropas e navios, garantindo auxílio caso Lisboa ou Porto fossem sitiados, além de garantirem não prestar nenhum acordo com a Espanha que viesse a atrapalhar a promessa de assistência a Portugal. Em uma cláusula secreta, a Inglaterra se comprometia a defender as possessões portuguesas (colônias) contra todos os inimigos.⁵

Com a assinatura do Tratado de Methuen, entre suas cláusulas, os portugueses deveriam admitir lã e manufaturados ingleses livres de impostos, relativo às taxas cobradas na entrada de produtos em Portugal. Por parte da Inglaterra, deveriam ser adquiridos vinhos portugueses não sendo exigidos de Portugal impostos, direitos alfandegários ou outras despesas maiores do que as exigidas por vinhos franceses, e ainda, com um terço de redução. Na prática, devido à grande quantidade de produtos ingleses adquiridos por Portugal e o Brasil, ocorreu um desequilíbrio na balança comercial que foi favorável aos britânicos. Portugal preenchia o déficit comercial com o ouro produzido no Brasil.⁶

Dessa forma, temos estabelecida a relação de dependência e dominação inglesa sobre Portugal que atravessará a metade do século XVIII, realidade essa que se deparará Sebastião José de Carvalho e Melo em sua vida política.

2 – A embaixada de Londres: o embrião da futura política comercial pombalina

Sebastião José de Carvalho e Melo, em 1738, foi nomeado embaixador português em Londres, durante o reinado de D. João V. A época em que foi enviado foi uma das mais agitadas na história política da Europa. A marinha britânica dirigia-se contra os domínios espanhóis na América do Sul, demonstrando intenção de se estabelecer definitivamente nas margens do Rio da Prata. Essa situação causava apreensões em Portugal que, possuindo a Colônia de Sacramento, também considerando seus limites de fronteira naquele rio, receava ter os ingleses como vizinhos na América. Nesse contexto, a agitação dos ânimos era grande na embaixada em Londres:

⁵ Sobre os motivos que deram origem a tais tratados entre Portugal e Inglaterra, consultar: MANCHESTER, Preeminência Inglesa no Brasil, capítulo I.

⁶ FALCON, Francisco José Calazans. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – Um estudo de caso. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 15(2), 2005, p.12.

- a) D. João V havia optado pela neutralidade durante o conflito entre Inglaterra e Espanha, porém em águas portuguesas navios britânicos apresavam embarcações espanholas. Coube a Carvalho e Melo protestar contra a violação da neutralidade, o que o fez com energia;⁷
- b) Devido as informações da possibilidade de ataque inglês a região do Prata, Carvalho e Melo entra em negociação com o gabinete inglês para robustecer o Tratado de Utrecht por meio de uma declaração de Robert Walpole,⁸ relativa ao reconhecimento da soberania portuguesa sobre o território ao leste e norte da Colônia do Sacramento. Sebastião José obtém, depois de muitos esforços, a declaração de reconhecimento.⁹
- c) As suspeitas do embaixador português em relação a fidelidade dos cristãos-novos portugueses, diante do fato de estarem o Brasil e as conquistas espanholas cheias de judeus, cuja vinculação familiar com Londres e Amsterdã tornaria sua fidelidade suspeita à coroa portuguesa e espanhola.¹⁰
- d) Com o desencadear dos conflitos entre Inglaterra e Prússia contra França e Espanha, os britânicos continuavam a desrespeitar a neutralidade portuguesa, continuando a não dar ouvidos às reclamações de Carvalho e Melo.

Em sua atribulada passagem pelo consulado em Londres, Sebastião José compôs a *Relação dos gravames do comércio e vassallos de Portugal na Inglaterra*, onde é fácil encontrar a origem de vários de seus atos posteriores. Essa *Relação* compreende a apresentação dos problemas referentes às relações entre Portugal e Inglaterra, indicando que, enquanto o primeiro arca com todos os ônus e as desvantagens, o segundo usufrui de tudo aquilo que lhe parece vantajoso, sempre alegando para eventuais quebras dos compromissos firmados, a soberania do parlamento inglês e o respeito a *costumes intocáveis*, o que no entender de Carvalho e Melo, constitui verdadeira *fraude das convenções recíprocas*.¹¹ Esta relação também enumera algumas máximas gerais do

⁷ AZEVEDO, João Lúcio. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1950, p.18.

⁸ Robert Walpole: Primeiro ministro inglês no período de 1720-1742, durante o reinado de Jorge III da Inglaterra.

⁹ Consultar ofício de 27 de maio de 1741. SOARES, Alvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961, p.74.

¹⁰ FALCON, Francisco. Op. cit., p.17.

¹¹ *Ibidem*, p.17.

comércio para que se possam avaliar os objetivos dos Atos do Parlamento e consequentemente os danos sofridos por Portugal.

Em outubro de 1742, Carvalho e Melo, depois de ter obtido licença para ir a Lisboa, é afastado da embaixada de Londres para, de 1745 até 1749, ser nomeado embaixador português na Áustria.¹² Podemos dizer que o período em que exerceu a função de embaixador em Londres serviu para Sebastião José entender o funcionamento e as razões da supremacia comercial inglesa sobre Portugal. Em outras palavras, haviam sido plantadas nesse período, as sementes para os planos futuros de Sebastião José de Carvalho e Melo a serem implantados no reinado de D. José I.

3 – A mudança dos rumos: Sebastião José de Carvalho e Melo no poder (1750-1777)

Cabe acrescentar, antes de qualquer coisa, que as ações de Carvalho e Melo como primeiro ministro português foram direcionadas a adoção de medidas que visavam um comércio ativo entre os súditos de Portugal (metrópole/colônia e colônia/metrópole, visando sempre o benefício maior da metrópole), tornando inúteis os comerciantes estrangeiros. Seus intentos giravam na tentativa de recuperar seu país da condição submissa em relação a um Estado estrangeiro.¹³

3.1 – Principais medidas econômicas

Visando uma melhor administração sobre as atividades comerciais foram criados o Erário Régio, que tinha o total controle sobre as transações financeiras da metrópole e suas colônias e a Junta do Comércio, com o propósito de incentivar e regulamentar o comércio, prevenindo o contrabando. Além disso, foram criadas três companhias que visavam o monopólio comercial para o Brasil: a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada para facilitar o ingresso de escravos no norte do Brasil (Rio Amazonas), desenvolver a agricultura da região, controlar as importações de produtos manufaturados da metrópole através de um monopólio de navegação; a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba, com fins muito próximos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão; a Companhia de Pesca da Baleia das Costas do

¹² Sobre o afastamento do cargo em Londres e a embaixada na Áustria, consultar: AZEVEDO, João Lúcio. Op. cit., cap.II.

¹³ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p.53.

Brasil, que tomou o lugar do monopólio real arrendado.¹⁴ Em 1757, é criada a Companhia de Vinhos do Alto Douro, com o propósito de regularizar o comércio de vinhos da região, onde somente o vinho com licença da coroa portuguesa, poderia ser embarcado do Alto Douro através do porto da cidade do Porto.¹⁵

3.2 – O descontentamento britânico

Por certo que as medidas adotadas pelo ministro português causaram um profundo descontentamento aos ingleses, pois as mesmas eram contrárias às cláusulas do tratado existente entre Portugal e Inglaterra. Em pouco tempo, os resultados da política de Pombal tornaram-se claras: o comércio anglo-lusitano diminuiu consideravelmente após a Paz de Paris. As companhias de comércio portuguesas afastavam cada vez mais a Inglaterra de participar do comércio colonial brasileiro. Em 1760, Portugal ocupava o terceiro lugar na lista dos países que mais recebiam produtos ingleses, quinze anos mais tarde Portugal ocupava o sexto lugar.¹⁶

4 – A necessidade de um bom relacionamento com a Inglaterra

Considerando que em toda aliança há interesses de ambas as partes envolvidas, trataremos agora dos motivos de maior relevância, apesar do reconhecimento dos males da aliança comercial com os ingleses, que levaram Portugal a compactuar e mantê-la durante o período Pombalino. O apoio inglês era de vital importância para Portugal, assim como era, também, para a proteção de suas colônias pelo mundo. Devido à intervenção inglesa, Portugal conseguiu através da diplomacia vitórias que não obtivera nos campos de batalha.¹⁷ Um bom exemplo da importância da diplomacia britânica para Portugal, encontraremos na história da Colônia do Santíssimo Sacramento.¹⁸ Em várias oportunidades, após duras derrotas militares, o apoio britânico foi fundamental nas vitórias diplomáticas portuguesas em que obteve a restituição de seu estratégico território. Convém lembrar que a Colônia de Sacramento era utilizada como um centro

¹⁴ SILVA, Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1750 – 1808, p.489.

¹⁵ Ibid, p.498-499.

¹⁶ MANCHESTER, Alan K. Op. cit., p.51-52.

¹⁷ SOARES, Alvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata (Até 1865)**. Rio de Janeiro: Brand, 1955, p.35.

¹⁸ Para um estudo aprofundado sobre este território luso nas margens do Prata, consultar: PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia de Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII**. Porto Alegre: direitos de publicação do autor, 2002.

de contrabando em favor do comércio inglês no Rio da Prata e que sua importância crescia quando Inglaterra e Espanha entravam em guerra.

Entretanto, não era só o poder diplomático inglês que interessava a Portugal, o exército britânico exercia grande valor na aliança anglo-portuguesa desde o tratado de 1661. Como vimos acima, nos confrontos militares em torno da posse da Colônia de Sacramento, Portugal não contava com uma força militar confiável. As dimensões desse problema se tornam gigantescas se levarmos em consideração a instabilidade e animosidade política das potências europeias no século XVIII. Porém, apesar da importância já descrita, Pombal considerava os ingleses como sempre tardios aliados e queixava-se da frialdade e inação em defender Portugal¹⁹. Pensamento de Pombal que vinha desde sua embaixada em Londres, no episódio do pedido de socorro a Salsete, na Índia.²⁰ Mas devido a série de acontecimentos que ocorriam durante o reinado de D. José I, Pombal via-se cada vez mais dependente da Inglaterra em suas ações na América, mesmo reconhecendo a verdadeira natureza da política inglesa.²¹

5 – Conflitos no sul da América: as ações de Pombal e a influência inglesa nas lutas da região

O Tratado de Madrid de 1750 foi o último grande ato do reinado de D. João V e coube a Sebastião José dar execução a um tratado que não havia negociado nem aprovado. Referindo-se a região sul da América, o tratado estabelecia que Portugal renunciasse a todos os direitos da Colônia de Sacramento e em troca a Espanha cederia o território das Sete Missões, que deveria ser evacuado pelos espanhóis.²² Fato esse que desencadeou a Guerra Guaranítica (1754-1756), devido aos jesuítas e índios negarem-se a abandonar a região. Nessa mesma oportunidade, Carvalho e Melo levantara suspeitas de um possível conluio entre jesuítas e ingleses, sendo que os últimos almejavam o não cumprimento do tratado devido aos seus interesses comerciais na região.²³ Em 1761, o Tratado de Madrid foi anulado através da assinatura do Tratado de El Pardo. Por ocasião da guerra entre Portugal e Espanha (1762), o Tratado assinado em El Pardo é quebrado. Portugal comprovava mais uma vez a ineficiência de seu exército e a

¹⁹ AZEVEDO, João Lúcio. Op. cit., p.275.

²⁰ Ibid. p.14.

²¹ FALCON, Francisco C. p.23-24. Sobre os “remédios” a serem utilizados por Portugal para a obtenção de vantagens sobre a Inglaterra, apesar do reconhecimento da dependência aos ingleses.

²² Sobre o Tratado de Madrid e suas repercussões consultar Soares, Alvaro Teixeira. Op. cit., p.112-124.

²³ AZEVEDO, João Lúcio. Op. cit., p.262-263.

Inglaterra demonstrava hesitação em socorrer Portugal, devido a política de Pombal contrariar constantemente os interesses britânicos.²⁴ Na América, Sacramento foi novamente tomada por espanhóis em 1762, porém, em 1763, com o auxílio britânico, Portugal tem a posse da Colônia de Sacramento restabelecida através de acordo diplomático.

A situação das relações anglo-lusitanas entra em sua fase mais difícil no período Pombalino a partir de 1762. Os rendimentos coloniais portugueses caíam cada vez mais devido a diminuição da produção de ouro e diamantes provenientes do Brasil. As importações de produtos britânicos continuavam, porém, o ouro já não supria o déficit da balança comercial. Os comerciantes ingleses cada vez mais reagem às medidas tomadas pelo governo Pombalino, atribuindo todos os problemas às práticas protecionistas adotadas pelo ministro português. Mesmo depois de restabelecida a paz na Europa, as tensões persistiam na região do Prata, forçando Pombal a pressionar os ingleses a prestar ajuda mais efetiva a Portugal contra o perigo espanhol.²⁵ Em 1766, aumenta a pressão contra o ministro português, através de acirrados discursos anti-lusitanos realizados por comerciantes ingleses.²⁶ Pombal, em 1769, responde aos britânicos tendo como principal argumento a tese de que os procedimentos do governo português estiveram sempre de acordo com as leis do Reino e não desrespeitaram, ao contrário das alegações inglesas, os legítimos direitos dos comerciantes britânicos.²⁷

A partir de 1772, as questões econômicas foram perdendo o lugar de destaque que ocupavam até então nas relações anglo-lusitanas. Com o agravamento das tensões entre portugueses e espanhóis no sul da América, principalmente em torno da Colônia do Sacramento, se tornava cada vez mais urgente contar com a aliança inglesa. Em 1776, um ataque português acometeu os castelhanos desprevenidos em Rio Grande, durante uma trégua entre Portugal e Espanha. Esta ação causou a indignação espanhola que, através da diplomacia, exigia satisfação de Portugal. Ao mesmo tempo, a Espanha concentrava tropas militares na região do Prata, com o objetivo de se vingar da afronta recebida. Pombal, ciente das intenções espanholas na região, baixou ordens ao Marquês do Lavradio (vice-rei do Brasil) para que todas as tropas disponíveis fossem enviadas

²⁴ SOARES, Alvaro Teixeira. Op. cit., p.191-192.

²⁵ Esse fato pode ser verificado na correspondência entre o Conde de Oeiras e Martinho de Melo e Castro na obra de Marcos Carneiro Mendonça: Século XVIII – Século Pombalino no Brasil, documento 211, p.291.

²⁶ FALCON, Francisco C. Op. cit., p.25.

²⁷ Ibid, p.27.

para o sul. Eis um curioso fato sobre as ordens militares expedidas, de acordo com João Lúcio Azevedo: “De Pernambuco mandou Pombal transportar um batalhão de negros e outro de mulatos, confiando que a catadura d’essa gente infundiria terror nos castelhanos”.²⁸ Por esse exemplo, podemos ter ideia de como Pombal pretendia suprir as deficiências de seu débil exército, que, além de todos os problemas relativos ao profissionalismo militar (ou à falta deste), contratava seus oficiais no exterior, devido ao desinteresse da nobreza portuguesa em seguir a carreira militar.²⁹

Ciente das dificuldades de seu exército, Pombal mais uma vez recorre à antiga aliança com a Inglaterra, solicitando ajuda militar. Entretanto, surda aos pedidos de auxílio, a Inglaterra persistia nas reclamações, relativas à situação comercial entre os dois países. Eram tão contraditórias as relações entre as duas coroas que, além de Pombal permanecer fiel ao propósito de excluir, dentro das possibilidades, o comércio britânico, em 1776, consentia que um barco inglês fosse aprisionado em Bissau, conservando preso o capitão, apesar de duras reclamações de Robert Walpole.³⁰ Tudo se encaminhava cada vez mais para a guerra formal contra os espanhóis. Em vão pelas vias diplomáticas, Walpole em Lisboa aconselhava a restituição dos postos conquistados em Rio Grande aos espanhóis, porém Pombal não dava ouvido, talvez entusiasmado pelo pequeno êxito em sua última conquista.

O ministro português insistia no pedido de auxílio militar britânico, solicitando um contingente de tropas e oficiais, tão necessários para restabelecer o equilíbrio das forças na região do Prata. Em seus pedidos reiterava seu tanto utilizado argumento de que não haveria aliança na Europa que beneficiasse mais o comércio britânico, do que a de Portugal, com as mercadorias obtidas através do Brasil. Para apresentar argumentos práticos a seu pedido, Pombal mandava repelir dos portos portugueses, navios das colônias da América, levantadas contra a Inglaterra.³¹

Azevedo nos explica a posição inglesa frente aos pedidos de auxílio de Portugal: “Sem embargo das razões e blandícias, o governo britânico não propendia a favorecer os intuits pugnazes do nosso. Calava-se ou temporizava, na expectativa da mudança política, que resultaria da morte do Rei, prevista para breve”.³² O apoio inglês

²⁸ AZEVEDO, João Lúcio. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1950, p.272.

²⁹ SOARES, Alvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961, p.192-194.

³⁰ AZEVEDO, João Lúcio. Op. cit., p.276.

³¹ Ibid, p.279.

³² Ibid, p.280.

não veio, fazendo *jus* ao conceito que Pombal os dera anteriormente de “amigos tardios”, porém, dessa vez, nem tardiamente. Em fevereiro de 1777, morre D. José, mesmo mês em que a expedição vinda da Espanha, para vingar o ataque a Rio Grande, toma a ilha de Santa Catarina e as suas fortalezas. Em maio, Colônia de Sacramento caía nas mãos dos espanhóis e, mais uma vez, foi vergonhosa a atuação do exército português. O resultado dessas ações finalizou-se na assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em outubro de 1777 (após a morte de D. José I e do pedido de dispensa de Pombal, concedida em 4 de março de 1777), o último negociado entre Portugal e Espanha relativo aos limites de suas possessões americanas. A Colônia de Sacramento e o território das Missões Orientais voltaram à soberania da Espanha.

6 - Considerações Finais

Através desse texto não se buscou apontar responsáveis pela perda dos territórios das Missões Orientais e da Colônia de Sacramento pelos portugueses, confirmada através do Tratado de Santo Ildefonso. Tentou-se, sim, realizar um estudo levando em consideração a conjuntura das relações entre Portugal e Inglaterra, durante o período Pombalino, e como as mesmas influenciaram nos conflitos territoriais da região que vai do sul do Brasil até o Rio da Prata. Dessa forma, demonstrando, em última análise, que enquanto os objetivos comerciais Ingleses alinhavam-se aos objetivos de proteção territorial Português, na metrópole ou colônia, Portugal poderia contar com o apoio político e bélico da Inglaterra, caso contrário, poderia contar somente com uma amizade tardia, fria e inativa.

Referências:

- AZEVEDO, João Lúcio. **O Marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1950.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. São Paulo: Ensaio/Editora da Universidade de Brasília, 1950.
- BESSA-LUÍS, Agustina. **Sebastião José**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)**. São Paulo, Ática: 1982.
- FALCON, Francisco José Calazans. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – Um estudo de caso. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 15(2), p. 11-34, 2005.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MAURO, F. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1570-1750. *In*: L.BETHELL (org.), **História da América Latina: A América Latina Colonial I**, São Paulo: Edusp, 1984.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **Século XVIII: Século Pombalino do Brasil**. Rio de Janeiro: Xerox, 1989.

PRADO, Fabrício Pereira. **A Colônia de Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII**. Porto Alegre: direitos de publicação do autor, 2002.

SILVA, A.M. Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império, 1750 – 1808. *In*: L.BETHELL (org.), **História da América Latina: A América Latina Colonial I**, São Paulo: Edusp, 1984.

SOARES, Alvaro Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata (Até 1865)**. Rio de Janeiro: Brand, 1955.

SOARES, Alvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.sinos.br